

POLÍTICAS AMBIENTAIS NAS CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE: O CASO DE MOSSORÓ (RN)

Érica Priscilla Carvalho de Lima¹, Fábio Fonseca Figueiredo²

RESUMO

Nas últimas décadas, as questões ambientais adquiriram importância crescente nas discussões globais e trouxeram a tona sua relação com o modelo de desenvolvimento urbano, sociedade e meio ambiente. A abertura comercial vivenciada no Brasil resultou numa ação estatal destinada a corrigir as disparidades econômicas e regionais existentes no país, entretanto as questões ambientais são tidas como pouco relevantes nesse contexto. Esse objetivo, aliado ao maior grau de concorrência estrangeira, impulsionou políticas de criação de polos industriais em outras regiões do país, resultando numa nova configuração territorial. As mudanças ocorridas alteraram significativamente a configuração locacional, impactando no surgimento de novos espaços urbanos e rurais, bem como produziram novas formas de articulação entre as cidades pequenas e de porte médio. Deste modo, a alteração da organização urbana no Brasil aumentou a importância das cidades médias, visto que, tais espaços se tornaram estratégicos e essenciais para se entender a dinâmica territorial brasileira. A partir dos pontos enunciados, o presente artigo tem por objetivo analisar as políticas territoriais ambientais direcionadas para as cidades médias nordestinas, especificamente o caso do município de Mossoró (RN). Pretende-se focalizar em alguns delineamentos que são de extrema importância quanto à implantação de políticas públicas. Tais políticas são essenciais pelo caráter periférico que as indústrias estão inseridas nessas cidades e que criam inúmeros problemas ambientais que estão intrinsecamente relacionados com a forma de produção destes espaços e do modo de apropriação da natureza pela sociedade.

Palavras-chave: Políticas públicas. Questões ambientais. Cidades médias do Nordeste.

ABSTRACT

In recent decades, environmental issues got great importance in the global discussions and showed their relation to urban development model, society and environment. The market openness experienced in Brazil resulted in state action designed to correct the economic and regional disparities in the country, though environmental issues are considered relatively negligible in this context. This goal, coupled with greater foreign competition, promoted policies to create industrial centers in other regions of the country, resulting in a new territorial configuration. The changes significantly changed the local configuration, impacting the emergence of new urban and rural areas, and produced new forms of articulation between the small towns and medium size cities. Therefore, the change of urban organization in Brazil increased the importance of medium-size cities, since such spaces have become strategic and essential to understanding the Brazilian's territorial dynamic. From the points listed, this article aims to analyze regional environmental policies directed to medium-size cities in the Northeast, specifically the case of the Mossoró (RN). It is intended to focus on some designs that are of great importance for implementation of public policies. Those policies are essential for peripheral character that industries are located in these cities and creating numerous environmental problems that are intrinsically related to the form of production of these spaces and the mode of appropriation of nature by society.

Keywords: Public Policies. Environmental issues. Northeast's Medium-size cities

¹Graduada em Ciências Econômicas pela UFRN. Atualmente é mestranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais do Departamento de Políticas Públicas da UFRN. Contato: ericaprisillaufnr@hotmail.com.

²Professor do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2000). Possui mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (2004). Contato: ffabiof@yahoo.com.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios à sustentabilidade, na rede urbana brasileira, são de grandes proporções. Verifica-se a incipiência de ações políticas voltadas para frear o crescimento insustentável urbano e que resulta em grandes consequências, tais quais: ineficiência de investimentos em infraestrutura, sistema de transporte público precário e agravamento dos níveis de degradação ambiental, dentre outras. Em suma, constatam-se deficiências das políticas ambientais e territoriais que conciliem a proteção ambiental e o crescimento urbano. Essas deficiências adquirem diferentes proporções, devido à heterogeneidade territorial brasileira (BACELAR, 1999), de acordo com as regiões analisadas. Desse modo, as áreas periféricas tendem a apresentar um quadro de maior vulnerabilidade socioambiental, como observado em alguns centros do Nordeste.

O deslocamento de plantas industriais para o Nordeste, em que pese pela ocorrência de incentivos fiscais por parte dos governos estaduais ou pela oferta de mão-de-obra barata, favoreceu algumas cidades médias da região. Nesse contexto, o processo de desconcentração industrial e o papel das cidades médias constituem uma forma de compreender a dinâmica territorial recente da região e entender como este espaço é apropriado pelas forças políticas para fins de expansão urbana.

O processo de reversão da polarização na economia brasileira acarretou num maior direcionamento econômico em favor de novas áreas, as quais podem favorecer as cidades médias. Entende-se por cidade média os centros que já possuem uma escala urbana de atividades econômicas que podem gerar economias de aglomeração, mas não são significativamente afetados por *deseconomias* de aglomeração. Esses fatores aglomerativos e *desaglomerativos*, permitem explicar a concentração e dispersão das atividades econômicas em determinado espaço. Para Azzoni (1986), as economias de aglomeração se classificam em três tipos: economias de escala (redução dos custos unitários de uma firma, devido à expansão da escala de produção); economias de localização (a proximidade com outras firmas possibilitam redução dos custos unitários); e economia de urbanização (decorre do aumento do nível econômico em que há a localização da empresa).

Embora não exista consenso em relação ao conceito de cidade média, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define, utilizando o critério demográfico, como as cidades que apresentam uma população urbana de 100 mil a 500 mil habitantes. Entretanto tal conceito é bastante criticado pelo viés estritamente demográfico e pela necessidade de se englobar outros fatores para a definição de conceitos urbanos. Corroborando com esse ponto, Ramos afirma “A dificuldade maior ao usar o critério demográfico está no fato de esse critério agregar cidades com as mais diversas características” (RAMOS, 2011, p. 40).

Assim, cidade média pode ser entendida com os centros que desempenham papéis de intermediação econômica entre as pequenas e grandes cidades e apresentam um dinamismo e

desenvolvimento local, bem como infraestrutura e serviços necessários para a atração de investimentos. Em suma, a conceituação de cidade média tem que ser avaliada de várias dimensões e fatores, tais quais: tamanho demográfico, função urbana e organização interna.

Ademais, o processo de crescimento das cidades médias é preocupante pelo caráter periférico que as indústrias são caracterizadas. As questões ambientais surgem como fatores de acentuação desses desequilíbrios e há uma crescente necessidade de políticas públicas voltadas para corrigir e/ou atenuar tais problemas. A partir dos pontos enunciados, a problemática central do presente *paper* é o desenvolvimento urbano desordenado nas cidades médias somado à inexistência de políticas públicas destinadas para um crescimento urbano de maneira equilibrada, que contemple a vertente ambiental como forma de reduzir a degradação ocorrida nesses espaços, nos últimos anos.

O presente artigo foca a análise no município de Mossoró, cidade situada na região oeste do estado do Rio Grande do Norte, devido ao crescimento do setor industrial nos últimos anos e pelos crescentes problemas ambientais vivenciados no município. As questões ambientais em Mossoró estão ganhando grandes proporções devido à intensiva deterioração dos recursos naturais e a existência de atividades de grande impacto, como a petrolífera e cimenteira, que em conjunto geram o assoreamento e poluição dos cursos e espelhos d'água do Rio Mossoró, já observados na cidade (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2008).

Diante do contexto apresentado, o presente artigo tem por objetivo reconstruir um quadro dos novos desafios enfrentados nas cidades médias, principalmente, os problemas relacionados a temáticas ambientais, analisando as possíveis alternativas com vistas a atenuar tais desequilíbrios. A metodologia utilizada consistiu no levantamento da bibliografia sobre a temática, bem como o método do ciclo da política pública para análise do plano diretor da cidade. Em sua forma clássica, o ciclo da política pública é composto pelos estágios de Diagnóstico, Formulação, Implementação e Avaliação. Criada por Easton (1953), tal modelo enfatiza que as políticas públicas podem ser entendidas por meio de um sistema que engloba uma série de ações que regem as atividades políticas. Em cada etapa utilizam-se diferentes indicadores para as funções específicas.

Esse *paper* está estruturado em mais três seções, além dessa parte introdutória. A segunda seção apresenta o referencial teórico sobre a discussão do espaço urbano brasileiro e o papel das cidades médias nesse contexto, bem como a contextualização de Mossoró. A terceira seção apresenta a problemática enfrentada pelo município no que concernem as questões ambientais, discutindo a bibliografia sobre a temática, bem como se utilizam evidências empíricas com base em dados obtidos em diversas fontes oficiais. Por fim, na quarta seção, são elencadas algumas considerações finais.

2 CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL: O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS

O estudo da economia regional mostra que há uma tendência à polarização das atividades econômicas devido às economias de aglomeração, que são obtidas a partir de um processo circular cumulativo. Segundo o modelo de Losch (1954), os fatores aglomerativos são capazes de explicar a localização de uma atividade econômica em uma determinada área de mercado, a qual apresenta economias de escala em razão de sua localização favorável. No entanto, ao longo do processo de concentração, as *deseconomias* de aglomeração surgem nas áreas polarizadas, fazendo com que novos espaços urbanos passem a dinamizar a economia local.

Assim, essas economias ou *deseconomias* de urbanização presentes nas cidades são relevantes para aproximar ou afastar as atividades econômicas nestas. Logo, as áreas produtivas são atraídas ou repelidas mediante simples comparação das vantagens e desvantagens inerentes a essas cidades.

O Brasil assistiu um processo de concentração e superpovoamento urbanos nos anos de 1950 e 1960, resultando num inchaço nas metrópoles e a falta de estrutura em determinadas áreas, processo este denominado de: Macrocefalia urbana. De acordo com Santos (2004), o termo pode ser definido como:

a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles que propícia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais, que comprometem substancialmente a segurança pública urbana (2004, p. 306).

A centralização econômica nas metrópoles e os problemas metropolitanos oriundos dessa centralização resultaram na necessidade de se criar polos secundários para o desenvolvimento urbano. A formulação da segunda Política Nacional de Desenvolvimento (PND), no ano de 1974, através da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, tinha como um dos objetivos frear o crescimento metropolitano desordenado, sendo necessário o investimento em novos espaços potenciais, como as cidades médias. A implementação do II PND significou uma primeira tentativa governamental pelo equilíbrio urbano, respeitando as especificidades regionais.

As cidades médias passaram a ser elos estratégicos para uma melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas, bem como uma estruturação urbana equilibrada. A prioridade era o crescimento das atividades produtivas e a melhoria da infraestrutura, onde essas cidades teriam papéis relevantes para o ordenamento territorial e proporcionaram a criação de novos espaços urbanos de desenvolvimento. Para Rochefort (1998, p.93), as ações de desenvolvimento das cidades médias objetivavam:

(...) desenvolver, prioritariamente, algumas cidades médias para refrear o crescimento das metrópoles e, à medida que as cidades são escolhidas no interior do território, levar para esses espaços subdesenvolvidos atividades e homens que permitam um desenvolvimento da economia regional.

A partir da década de 1970, observa-se que o Brasil passou por um processo de transição no contexto urbano, o qual fortaleceu o papel das cidades médias nesse novo espaço. Apontou-se o forte crescimento da participação das cidades de porte médio, estimuladas pelo êxodo urbano para áreas não metropolitanas, mas que oferecem serviços qualificados. Assim, as cidades médias passaram a atrair investimentos produtivos, os quais se redirecionaram para essas novas áreas para fugirem dos maiores custos que seriam incorridos na aglomeração metropolitana.

O planejamento das cidades médias tinha por objetivo o desenvolvimento de novos centros que desempenhassem papéis de integração nacional e regional, modificando a estrutura da rede urbana, que antes estava concentrada nas metrópoles. Ademais, as cidades médias são relevantes para proporcionar novos espaços de desenvolvimento no território nacional, resultando numa desconcentração produtiva e populacional; criando novas oportunidades de emprego e atenuando as disparidades inter-regionais.

Desse modo, as cidades médias surgem da necessidade de se criar novos centros estratégicos e por um maior equilíbrio urbano na distribuição de um desenvolvimento mais distributivo. Como será visto a seguir, a persistência dessas disparidades regionais no território brasileiro é um estudo recorrente e a busca por soluções para atenuar essa problemática é central no discurso do ordenamento territorial.

2.1 DISPARIDADES TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO BRASIL

A desigualdade, em todas as suas dimensões, é um problema latente no Brasil. Nos últimos anos, verificou-se a atuação do Governo Federal em despender vultosos montantes de recursos destinados a atenuar a pobreza e reduzir as desigualdades. Assim, constata-se o crescente investimento do governo para atenuar as disparidades, principalmente via programas de transferências, aposentadorias e pensões.

A persistência de desigualdades regionais no território brasileiro é uma questão relevante para se discutir o desenvolvimento do país. Embora o Brasil tenha passado por várias modificações na sua estrutura produtiva, sob o efeito do acirramento concorrencial por parte das empresas pela maior abertura comercial do pós-1990, as disparidades espaços-territoriais são visíveis, sejam nos níveis regionais ou em relação das unidades da federação (BACELAR, 1999).

Ao mesmo tempo em que os efeitos da abertura comercial explicam a dinamização da estrutura produtiva brasileira, estes são fatores de impulsionamento da elevação das desigualdades e fragmentação regionais. Os resultados vão além das questões econômicas, implicando diretamente o nível social, urbana e ambiental dos espaços. A utilização desordenada do solo, por exemplo, resulta em uma redução da qualidade de vida, impactando e acentuando a degradação ambiental.

As transformações que ocorreram no espaço urbano brasileiro, tais quais: o processo de formação e desenvolvimento das cidades e migração populacional da zona rural para a urbana, não foram combinadas pela efetivação de políticas públicas eficazes destinadas a reverter os efeitos dessa contingência populacional que resultaram em grandes desequilíbrios sociais, econômicos, urbanos e ambientais. Esses resultados foram ainda fortes nas cidades de porte médio, sobretudo pela ausência de políticas específicas para as realidades desses novos espaços estratégicos, resultando em outras formas de exclusão social nestes espaços, como a criação de favelas, deslocamento de indústrias de grande impacto ambiental, entre outros.

A discussão da necessidade do planejamento para moldar o desenvolvimento e crescimento das cidades, devido a reivindicações dos diversos atores da sociedade, resultou na inclusão de um capítulo sobre Política Urbana na Constituição Federal de 1988, em seguida regulamentado pela Lei nº 10.257/01 do Estatuto da Cidade.

Através do Estatuto da Cidade, estabeleceram-se as diretrizes gerais da política urbana municipal. O desenvolvimento sustentável, a gestão democrática e o planejamento do desenvolvimento das cidades são os três pilares do Estatuto. Ou seja, defende-se um modelo de desenvolvimento que equilibre o nível econômico, social e ambiental. Almeja-se também, o fortalecimento do papel da sociedade civil nos processos de tomada de decisão e uma distribuição territorial equitativa no que diz respeito à população e às atividades econômicas, com objetivo de evitar os contrastes do crescimento urbano desordenado e seu impacto sobre o meio ambiente.

A elaboração de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento é de extrema importância, como no caso dos Planos Diretores Municipais (PDM). O PDM garantiu ao Estado o papel, direto ou indiretamente, na produção e organização do espaço municipal. Assim, a ação estatal quando bem executada pode beneficiar a coletividade da população local, contudo tal ação também pode privilegiar os interesses de atores privados ou políticos externos ao território. Ademais, o PDM é uma ferramenta indicativa de utilização do solo urbano, bem como para as estratégias para a expansão urbana.

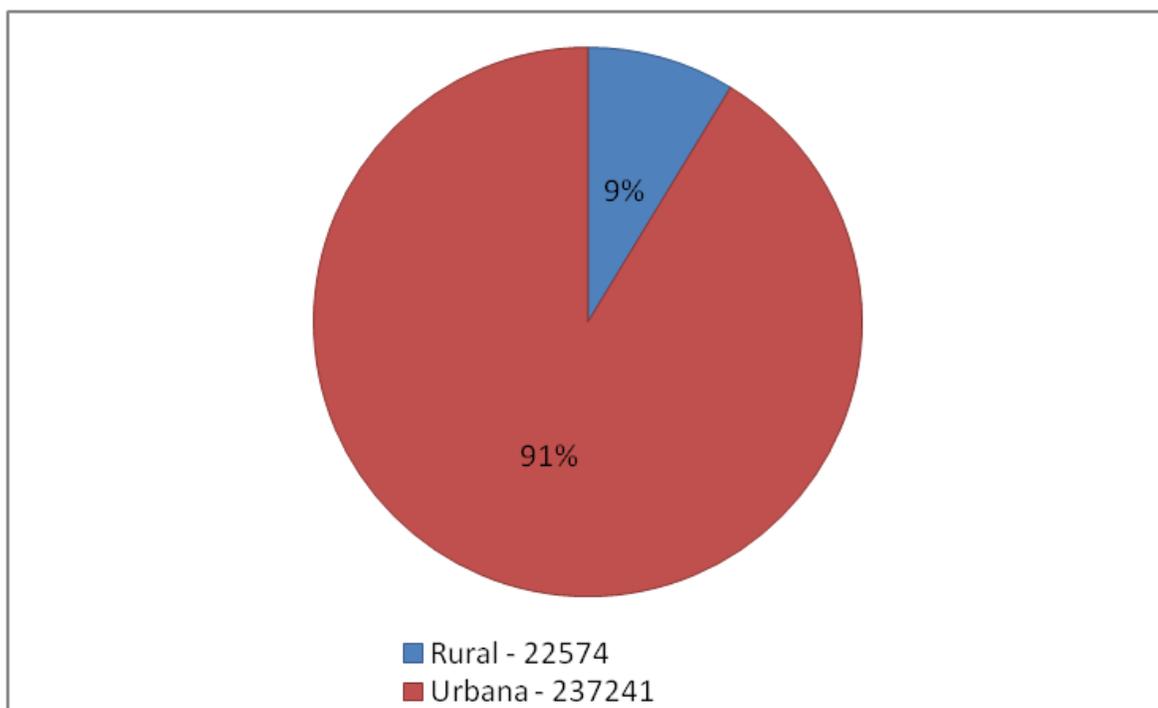
Desse modo, políticas territoriais ambientais para as cidades médias do Nordeste devem atender a uma série de características da própria estrutura destes espaços e, principalmente, não ignorar o impacto das atividades econômicas para a configuração dos espaços urbanos e os riscos ambientais presentes. Ademais, planejamento deve ser direcionado para fortalecer as oportunidades e garantir melhor qualidade de vida à população e grupos mais vulneráveis. No

próximo tópico será abordada a contextualização histórica de formação urbana da cidade média de Mossoró (RN), como forma de compreender como está ocorrendo a problemática ambiental nesse espaço.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE MOSSORÓ

A cidade de Mossoró localiza-se, político-administrativamente, na região oeste do estado do Rio Grande do Norte. Possui uma localização estratégica por está centrada entre as capitais do Rio Grande do Norte e Ceará. Mossoró é a segunda cidade mais populosa do estado, contando com 250 mil habitantes segundo censo do IBGE de 2010. Apesar de ser o maior município do estado em área total ocupando 2.108,9 km², apenas 11,5834 km² se encontram na área urbanizada de Mossoró (EMBRAPA). Ou seja, a área rural é bastante superior à área urbana no município, entretanto, conforme apresentado no Gráfico 1 abaixo, mais de 90% da população residente em Mossoró vive na área urbana.

Gráfico 1-Divisão da população de Mossoró: Zona rural e área urbana (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A cidade apresentou, em 2000 (IBGE, 2012), o sexto melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, perdendo apenas para a capital, Natal e para as cidades de Parnamirim, Caicó, Carnaúbas dos Dantas e São José do Seridó. O índice agrega os indicadores de longevidade, educação e renda, sendo assim, um mecanismo relevante para se indicar o

desenvolvimento social do município. Em 1991, o município apresentou um IDH de 0,635, elevando para 0,735 em 2000. Tal aumento pode refletir a melhoria dessas variáveis sociais em Mossoró.

A partir dos anos de 1980, Mossoró se tornou palco de grandes investimentos estatais, principalmente com a instalação da PETROBRÁS, que aliado com o desenvolvimento da sua atividade salineira e do seu distrito industrial, proporcionou propiciou à cidade um crescimento industrial diversificado. Nesse período ocorreu também a consolidação da agricultura irrigada, constituída pelo pólo Açú/Mossoró, que além de favorecer a formação do setor agroindustrial na região, possibilitou a instalação de novas atividades e atraiu novos atores migrantes para a cidade.

No decorrer de todas as fases de sua formação econômica, portanto, atesta-se o seu domínio na região como centro prestador de serviços, seja como pólo agro-industrial, produtor de sal, produtor de petróleo ou produtor de frutas tropicais para exportação, sendo sempre considerável a atração que essa cidade exerce sobre seus vizinhos. (RÊGO, 2002, p. 51).

A rápida urbanização de Mossoró aliada à crescente entrada de novas atividades e intensificação dos setores ativos no município, tiveram como contrapartida uma concentração econômica que resultou em desequilíbrios para uma parcela expressiva da população. As questões ambientais no município são preocupantes devido à exploração desordenada do território e dos recursos, que são resultados de uma produção espacial desequilibrada e centrada em atividades de grande impacto.

3 QUESTÕES AMBIENTAIS EM MOSSORÓ

As questões ambientais em Mossoró estão ganhando grandes proporções devido à intensiva deterioração dos recursos naturais e a existência de atividades de grande impacto, como a petrolífera, que em conjunto geram o assoreamento e poluição dos cursos e espelhos d'água já observados na cidade. Utilizando o método do ciclo da política pública, abaixo segue a análise do plano diretor de Mossoró no contexto das questões territoriais e ambientais.

O desenvolvimento de uma série de atividades industriais em Mossoró resultou num crescimento puramente econômico, refletido nos crescentes PIB e empregos industriais, por exemplo. Entretanto, tal crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, visto que não foi acompanhado de melhorias socioambientais.

3.1 DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

O município de Mossoró é atualmente uma das principais cidades do interior nordestino, atraindo grandes investimentos nacionais. Ademais, o município apresenta um grande potencial econômico, tendo como uma tríade: o sal, fruticultura e petróleo, que são os alicerces da economia municipal.

Entretanto, as atividades econômicas desenvolvidas na região vêm acarretando mudanças na paisagem ambiental. Como afirma Pettaet al:

Os mangues, definidos como área de preservação permanente por legislação ambiental nacional, após a implantação das salinas há mais de 50 anos, foram devastados, e hoje grande parte dessas áreas encontram-se ocupadas pelos viveiros de camarão. A área de caatinga, começa a ser ocupada também pela atividade da carcinicultura e principalmente pelo petróleo. Conseqüentemente a utilização de agrotóxicos nas áreas agricultáveis de fruticultura e o comprometimento do aquífero pelo uso descontrolado da água; a exploração intensiva pela Petrobrás com desmatamento indiscriminado, vazamentos de óleo, enterro de refugos sem o menor cuidado ambiental e lançamento de dejetos no Rio Mossoró, vêm contaminando vastas áreas e degradando o ambiente estuarino e favorecendo o processo de desertificação (PETTA et al, 2007, p. 1-2).

O comprometimento das águas do Rio Mossoró é um exemplo prático da vulnerabilidade ambiental que vem sendo acentuada no município. Além das ocupações irregulares, sejam casas domésticas ou de empreendimentos, nas margens do rio, as poluições e a destruição da mata ciliar são agravantes dessa situação.

3.2 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E IMPLEMENTAÇÃO

O agravamento da degradação ambiental provocou a elevação da vulnerabilidade socioambiental, afetando a qualidade de vida da população das redes urbanas, principalmente das excluídas e carentes. Dessa forma, a ampliação de iniciativas governamentais e sociedade civil são essenciais para elevar o acesso à informação, educação ambiental e, conseqüentemente, à consciência da sociedade sobre os efeitos dos problemas ambientais à vida humana. O Plano de Desenvolvimento Municipal é, por definição, um instrumento básico de ordenamento do território municipal, à política de expansão urbana e desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental.

Conforme (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006, p. 11) O PDM deve conter as seguintes diretrizes:

- I – as ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;
- II – os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município;

III – os instrumentos da política urbana previstos pelo Estatuto da Cidade que serão utilizados para concretizar os objetivos e estratégias estabelecidas pelo plano diretor, e;

IV – o sistema de acompanhamento e controle visando a execução e implementação do plano diretor.

Nesse contexto, o PDM é um instrumento que norteia a política de desenvolvimento na esfera municipal e que é influenciado pelos atores presentes na realidade local. Ademais, a implementação do plano é realizada em prol dos objetivos e anseios da sociedade.

3.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

À proporção que os problemas ambientais adquirem maiores magnitudes tornam a responsabilidade algo não mais exclusivo dos órgãos governamentais, mas passa a ser compartilhada pelos diversos atores sociais. Desse modo, é essencial a educação ambiental para que a sociedade possa reivindicar as políticas necessárias e se conscientizem do seu papel na arena política. A partir dos pontos enunciados no trabalho, abaixo se encontram alguns pontos essenciais para se pensar a realidade ambiental vivenciada em Mossoró no período recente. Os pontos em destaque são:

1) O caráter multidisciplinar exigido para se entender a gestão ambiental exige um profissional capacitado e que apresente um perfil que agregue um conjunto de competências para entender a realidade local, os possíveis e potenciais riscos das atividades produtivas e o impacto destas no meio ambiente.

2) A disseminação da necessidade de se implantar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que constitui uma ação estratégica do empresário para identificar oportunidades de melhorias que auxiliem para a redução dos impactos das atividades sobre o meio ambiente.

3) É importante frisar a relevância de atividades alternativas que equilibrem a preocupação ambiental a realidade local. Faz-se necessário pensar em estratégias que almejem o desenvolvimento rural sustentável, visto que é uma prática que combina a segurança alimentar com a conservação da biodiversidade.

4) Um ponto essencial é a cidadania participativa para incentivar na população o ideário de ações sociais que promovam uma melhor qualidade de vida e uma relação mais equilibrada entre a sociedade e o poder público. Assim sendo, a participação ativa da sociedade e sua maior conscientização, medidas estas que só serão efetivadas por uma maior educação ambiental.

Em suma, para que o PDM seja um instrumento eficaz para o desenvolvimento de Mossoró é essencial mapear as atividades econômicas e identificar os seus impactos sobre o território local. Com a ordenação das atividades será possível levantar algumas questões com destaque para os seguintes efeitos: o uso e ocupação do solo, preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural; a infraestrutura; gestão democrática; entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo apresentar alguns problemas ambientais presenciados no município de Mossoró no período recente. A preocupação central refere-se à configuração urbana e industrial desordenada que propiciaram uma relação não equilibrada com o meio ambiente.

Os resultados indicam que além de visíveis, os problemas do município estão adquirindo maiores proporções e, desse modo, exigem ações de várias dimensões e atores sociais envolvidos. Ademais, pensar em políticas ambientais requer a conscientização da população através da educação ambiental e perceber que tais problemas locais necessitam ser situados numa esfera global, ou seja, precisa-se compreender que os problemas estão inseridos num contexto macro e afetam a vida humana. É essencial entender a relação homem x meio ambiente e compreender que os impactos socioambientais são resultados de uma desordem nesta relação.

A gestão ambiental é um requisito para o desenvolvimento sustentável e deve ser visto de uma forma multidimensional, contemplando a vertente econômica, ambiental, social cultural e institucional. Ademais, a presença ativa da sociedade é essencial para reivindicar e atuar nos pontos chaves do problema. É preciso compreender que a conservação da biodiversidade, a qualidade dos mananciais e mangues e a proteção dos recursos naturais passam por uma disputa de interesses entre os atores sociais.

Desse modo, os principais pontos defendidos para as políticas públicas em Mossoró, são: uma maior articulação da sociedade nas tomadas de decisões que só vai ser atingida com uma maior educação ambiental, um caráter multidisciplinar para os atores envolvidos, a utilização de métodos e técnicas para reduzir o impacto das atividades empresarias sobre o meio ambiente e a crescente conscientização da população sobre seu papel reivindicador para as questões ambientais.

A vista de fugir da banalização de vários discursos à cerca da temática do meio ambiente, necessitam-se de soluções eficientes e contínuas para se compreender que a sustentabilidade é essencial não só para a existência dos ecossistemas, mas também para a sociedade humana. Desse modo, compreender a temática passa não só pelo confronto das formas de apropriação social e a utilização dos recursos ambientais, mas por um maior engajamento dos diversos atores quanto seus papéis no processo.

Assim, pensar em uma sociedade sustentável requer ações multivariadas e de várias dimensões. Ou seja, políticas de desenvolvimento regional requerem a conciliação multidimensional: econômica, social, urbana e ambientalmente sustentáveis e direcionadas às peculiaridades específicas de cada região brasileira.

REFERÊNCIAS

AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1986.

BACELAR DE ARAÚJO, T. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2.1999.

BARBOSA, L. C. Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco:Tendências e desafios no Brasil. **IV Encontro Nacional da Anppas**. 4, 5 e 6 de junho de 2008. Brasília, DF. p. 1-21.

EMBRAPA. **Monitoramento por Satélite**. Rio Grande do Norte. Disponível em:<<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br/conteudo/uf/rn.html>>. Acesso em: 10 set. 2012.

EASTON, David. **The political system**.New York, 1953.

JACOBI, Pedro.O Brasil depois da Rio + 10. São Paulo: **Revista do Departamento de Geografia**, (2002) 19–29. Disponível em:<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/19-29.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

LOSCH, A.**The Economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

OLIVEIRA, M. A de. ; QUEIROZ, R. A. C. A poluição no Rio Mossoró(RN) e a ação intervencionista do Ministério Público.Brasília: IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Cursos de Pós Graduação em Ciências Ambientais, 2008. **Anais**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-518-1004-20080517230550.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

PETTA,A. R.; GOMES, R. de C.; ERASMI, S.; CAMPOS, T. F. C.; NASCIMENTO, P. S. R., **Analise da Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró no contexto de alterações ambientais e socioeconômicas ligadas a exploração do petróleo**. 4º PDPETRO. 21-24 de Outubro de 2007. Campinas, SP. P. 1-10.

RAMOS, Edivaldo Fernandes. **As cidades médias em perspectiva**: Uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação(Departamento de Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RÊGO, ValdecinaAnunciata da Silveira. **Terceirização e metamorfoses no mundo do trabalho**: desafios à sustentabilidade social. 2002. 115f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA JÚNIOR, Jeconias Rosendo da; PASSOS, Luciana Andrade dos. **O negócio é participar:** a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal. Brasília, DF: CNM, SEBRAE, 2006.